

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Thomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES**
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).
Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTES

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

- TITULARES**
Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTES

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- TITULARES**
Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTES

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas à existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Major.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTES

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N. 382-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.403-72, de 07 de julho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL, ocupante do cargo de nível "PL-22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de três (03) meses e quatorze (14) dias, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.971 e de vinte e dois (22) dias referentes ao ano de 1.957, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 1.º, de agosto de 1.963 e 17 de junho de 1.968, antecipado em razão da contagem em dobro de vinte e dois (22) dias de férias referentes ao ano de 1.957;

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 07 de dezembro de 1.971, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 383-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.873-72, de 02 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a MARCOS UNIGA, ocupante do cargo de nível "PL-18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 07 de fevereiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 384-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.991-72, de 07 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a JOSEFA KUCZEK LEVANDOSKI, ocupante do cargo de nível "PL-23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de fevereiro de 1.972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 385-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.119-72, de 30 de junho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a CLOVIS STADLER DE SOUZA, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, da Parte Suplementar, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%), sobre os seus vencimentos, perfazendo um total de vinte por cento (20%), a partir de 21 de maio de 1.972, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 386-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.450-72, de 12 de julho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de ROSALINA PEREIRA SANTIN, ocupante do cargo de nível "PL-15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas

funções durante o quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 387-72

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.390-72, de 07 de julho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, em favor de Sebastião de Lima Cardoso, ocupante do cargo de nível "PL-17", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de um (01) mês, correspondente ao dobro de quinze (15) dias de férias relativas ao ano de 1.971 que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 31 de janeiro de 1.963 e igual data de 1.968, e,

III — conceder o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (05%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 70, Inciso I, da Constituição Estadual, a partir de 1.º de julho de 1.972, data em que completou dez (10) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de setembro de 1972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 131.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 11 de Setembro de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zarusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — David Federmann — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Padel — João Mansur — Jorge Sabo — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulol Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Sebastião Rodrigues Júnior — Fabiano Braga Cortes e Santos Lima. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Marciano Baranuk — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 srs. Deputados.

Discussão única — da Proposição n. 59-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 225-70, de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, Município de Iporã. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n. 60-72.

Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 132.ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de Setembro de 1972 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisostomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisostomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araujo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zarusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel

Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggia, Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Fabiano Braga Côrtes e Santos Lima. (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel, Emílio Carazzai, Francisco Escorsin, Marciano Baraniuk, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 194-72, do Senhor Governador do Estado, acusando o recebimento e agradecendo o requerimento do Senhor Deputado JOÃO CALIL FADEL. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 297-72, do Senhor JOSÉ MARIA JORGE SEBASTIAO, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, prestando esclarecimentos à requerimento do Senhor Deputado HÉLIO MANFRINATO. — Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.

Sob o n.º 4.245-72, do Senhor ÉLIO NAREZI, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, transmitindo à Presidência desta Casa, os sinceros agradecimentos pelo substancioso auxílio financeiro que tornou possível a realização de jantar festivo, em comemoração ao Dia do Advogado. — Ao conhecimento do Sr. Presidente.

Dos Senhores Professores AGOSTINHO BALDIN e DINO ZANBENEDETTI representantes de Maringá e Londrina, os quais intercedem para que seja aprovado projeto de lei referente a Classe de Professores, ora em tramitação nesta Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Doutor WALTER RODRIGUES, Secretário Executivo da BEMFAM, Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, agradecendo à aprovação do Projeto de Lei nesta Casa, considerando de Utilidade Pública, aquela Representação. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Antonio Costa, solicitando Dispensa de Publicação da Redação Final, ao Projeto de Lei n.º 112-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata voto de pesar pelo falecimento na data de ontem, em Jandaia do Sul, do Senhor José Brischiliari.

O extinto, membro de tradicional família daquela cidade paranaense, para cuja grandeza tanto contribuiu, é progenitor do ex-Vereador Vergílio Brischiliari, conceituada figura nos meios políticos locais.

Requer, outrossim, que à família enlutada, residente à rua Plácido Caldas, 764 — Cx. Postal, 40 na mesma cidade, seja dada ciência do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, inserção em Ata de um voto de regozijo, à extraordinária façanha o automobilista brasileiro EMERSON FITTIPALDI, Campeão Mundial de Automobilismo Fórmula 1, de 1972, conquista realizada em data de ontem no Autódromo de Monza, Itália, perante uma assistência de mais de 80.000 espectadores que aplaudiram delirantemente o jovem Campeão Mundial.

A carreira automobilística do brasileiro Emerson Fittipaldi é motivo de orgulho para o nosso povo, ao ver projetado o nome do Brasil no "podium" dos Autódromos do mundo inteiro, com a consagrada realização do jovem campeão de apenas 25 anos de idade, ao conquistar pela primeira vez para o Brasil, por antecipação, o título de Campeão Mundial de automobilismo.

Com emoção e orgulho congratulo-me com o êxito alcançado pela inédita vitória.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer a inserção em Ata de um voto de congratulações ao CORITIBA FUTEBOL CLUBE, pela brilhante conquista do bicampeonato paranaense de futebol.

A iniciativa traduz justa manifestação de euforia pelo êxito que coroou o trabalho de equipe encetado pela gloriosa agremiação, testemunhando, por outro lado, reconhecimento aos sobejos méritos demonstrados que contribuíram para o engrandecimento do renome esportivo do nosso Estado.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada oficialmente à Diretoria do tradicional clube, na pessoa do seu Presidente, Senhor Evangelino da Costa Neves.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 10 último, sob o título "Festival do Ódio".

O referido editorial merece os aplausos do parlamentar subscritor deste requerimento, por repudiar os atos de terrorismo do movimento denominado "Setembro Negro", praticados recentemente na Vila Olímpica de Munique.

O nosso objetivo ao formularmos tal requerimento, é dirigir um apelo às nações árabes e ao Estado de Israel no sentido de que procurem a paz em todos os sentidos, a fim de evitar a eclosão de um conflito mundial de imprevisíveis consequências para a humanidade.

Desejamos, igualmente, através deste requerimento, que a Assembleia Legislativa do Paraná dirija-se a todas as Assembleias do País, no sentido de que dirijam apelo à Organização das Nações Unidas — ONU, para que intervenha firmemente na guerra entre Israel e o mundo árabe, em primeiro lugar, visando acabar com esses movimentos terroristas inconsequentes e, ao mesmo tempo, procurando uma fórmula que atenda aos interesses daqueles povos.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro dos Transportes, Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, testemunhando a satisfação e os aplausos desta Casa de Leis pelos significativos atos assinados por essas autoridades no dia 5 do corrente mês, através dos quais vultosas verbas federais e estaduais foram destinadas à implantação de uma infra-estrutura de transportes — marítimo, ferroviário e rodoviário — que colocará o Paraná em situação de real destaque no cenário nacional, além de solucionar definitivamente os problemas de escoamento da produção agrícola para os centros de consumo e comercialização.

O entrosamento do programa de Transportes do Governo do Estado com o do Governo Federal, demonstra, além de tudo o acuramento e dedicação dos homens responsáveis no Estado pelo setor e a consciência de responsabilidade de que estão imbuídos, diante dos desafios imensos que o Paraná de hoje significa para os seus governantes.

Requer-se, outrossim, a transcrição nos Anais da Casa, do discurso que foi proferido pelo Exmo. Sr. Ministro Mário David Andreazza, no ato das assinaturas dos documentos autorizatórios à consecução das obras, por ser um testemunho do cuidado e do carinho que tem Sua Excelência e o Governo da Revolução para com o Estado do Paraná, além de evidenciar a perfeita comunhão de idéias e de propósitos do Governo Parigot de Souza com o Governo do Presidente Médici.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

Órgão dos mais importantes na estrutura educacional do País, o Conselho Federal de Educação é composto não só pelos mais notáveis Educadores brasileiros, mas guarda entre seus membros, representações regionais, a fim de que nele todas as tendências e reivindicações tenham guarda, conforme se verifica do parágrafo 1.º, artigo 8.º, da Lei n.º 4.024, e 20.12.61, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim redigido: "Na escolha dos Membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de nele serem devidamente representadas as diversas regiões do País, os diversos graus de ensino e o magistério oficial e particular".

O Estado do Paraná lá esteve representado, desde a sua instalação, por duas figuras ímpares de Educadores e homens públicos de proeminência. O primeiro paranaense membro do Conselho Federal de Educação foi atual governador, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, sucedido, posteriormente em sua representação, pelo ex-Ministro de Educação e Cultura e ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Flávio Suplicy de Lacerda. Vencido o mandato deste, deixou o nosso Estado de ter assento no mais alto colegiado educacional do Brasil.

Agora, ao findar-se este ano, novos mandatos de membros do C.F.E. chegarão ao término e ao Exmo. Sr. Ministro de Educação e Cultura, competirá a designação de outros membros para aquele órgão normativo da Educação e Cultura.

Cremos, assim, ser dever desta Assembleia Legislativa, bem como da representação do nosso Estado na Câmara Federal e no Senado da República, além de um direito inquestionável dos órgãos do Executivo paranaense em cuja chefia se encontra um homem sensível e capaz de aquilatar o valor da proposta aqui feita, levantar a sua voz fazendo-a ecoar nos altos escalões do governo federal, tentando recuperar para o nosso Estado uma posição a que fazemos jus, não apenas em confronto com as demais unidades federativas do País, mas, principalmente, pelo avançado estágio de progresso educacional e cultural em que nos encontramos.

Não são poucas as pretensões paranaenses no setor educacional que, muitas vezes deixam ou deixaram de ser atendidas, em virtude da ausência de alguém vinculado e conhecedor dos nossos anseios e reclamos no Conselho Federal de Educação.

Educadores dos mais cméritos e conhecedores profundos dos problemas educacionais deste Estado e deste País, existem vários no Paraná. Em qualquer grau ou nível de ensino, encontraremos Professores, não só eficientes e idealistas, mas pessoas que dedicaram suas vidas e se consagraram à causa da Educação, com uma bagagem de conhecimentos que as habilitam a contribuir decididamente para o avanço educacional e cultural do nosso País. O risco de citá-los é enorme, pela injustiça de esquecer alguns; deixar de fazê-lo é incorrer em velho hábito paranaense de não realçar nominalmente os seus valores ao postular posições. Assim, enfrentando o risco e personalizando as indicações em homens e mulheres capazes de preencher os requisitos exigidos pelo Artigo 8.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de já terem testemunhado a este Estado o seu acendrado amor às coisas da Educação do Brasil, citaremos entre inúmeros outros, as seguintes figuras de Educadores para ocuparem um lugar no Conselho Federal de Educação: Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, Professor Luiz Carlos Tourinho, Professora Cecília Maria Westphalen, Professor Moacir Fantini, Professor Ocyron Cunha, Professor Dalton de Oliveira Viana, Professor Monseñor Eduardo Rodrigues Machado, Professor Deputado Antônio Lopes Júnior.

Na expectativa da aprovação pelos eminentes Senhores Deputados do presente requerimento, solicitamos seja do mesmo dado conhecimento integral, através de ofício da Comissão Executiva, aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro de Educação e Cultura, Senadores representantes do nosso Estado, Deputados Federais do Paraná, Presidente do Conselho Estadual de Educação e aos Professores relacionados acima indicados por esta Assembleia Legislativa, para representar o Paraná no Conselho Federal de Educação.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1970.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado veemente apelo no sentido de que seja prorrogado por mais trinta dias o prazo para anistia de multas relativas ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, atingindo também aquelas já ajuizadas, em qualquer fase processual.

O apelo se torna plenamente justificado se atentarmos para os magníficos efeitos obtidos até esta data, quando se tem notado o reconhecimento do comércio e indústria estaduais ao esforço desenvolvido pelo Governo no sentido de, sem onerá-los em demasia, aumentar a arrecadação nesta nova fase administrativa do Estado.

Mas, Senhor Presidente, nem todos puderam auferir da anistia concedida, créditos não recebidos e a retratação natural provocada pelas geadas impediram a muitos reunir recursos para se quitarem com o fisco.

Quero crer que, pela oportunidade da medida proposta, de vez que atende a solicitação que partem de todos os quadrantes do Paraná, contaremos com o indispensável apoio desta Casa e a sensibilidade, sempre presente, do Excelentíssimo Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa,

Requer:

1.º — Seja encaminhado expediente à Administração Regional da Caixa Econômica Federal, encarecendo-lhe as determinações no sentido de ser instalada uma filial da entidade na cidade de Cascavel, Pr.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1972.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Cascavel, cidade com mais de trinta mil habitantes com uma sólida economia agrária, comercial e industrial e apresentando elevados índices de desenvolvimento sócio-cultural não dispõe, até o momento, de uma filial da Caixa Econômica Federal, órgão que, por suas novas características de atuação na faixa de crédito e de financiamento imobiliário pode ter notável influência na elevação dos padrões de consumo de uma comunidade.

Até há pouco tempo, antes da unificação das caixas econômicas estaduais, a presença do estabelecimento não tinha quase significado em uma cidade, porquanto sua política era dirigida mais no sentido de captação de poupanças, não atuando no setor creditício, nem fazendo sentir seu poderio econômico no financiamento a longo prazo de casa própria para as classes de menor expressão financeira.

Após a unificação e com a criação da Caixa Econômica Federal, entendeu sua superior administração de adotar um modo agressivo de concorrência em todos os campos do setor bancário e a presença do estabelecimento em uma cidade significa, geralmente, maiores possibilidades de maior número de pessoas de serem beneficiadas com os diversos programas de financiamento imobiliário para a indústria e comércio, maiores oportunidades de obtenção de capital de giro ou de investimento a juros compensatórios.

Dai porque, encarecemos pelo presente expediente a boa vontade da Administração Regional no Paraná da Caixa Econômica Federal no sentido da instalação de uma filial em Cascavel, pois serão mútuos os benefícios, ao estabelecimento, pela real possibilidade de captar significativo índice de depósitos, e à cidade, por contar em sua estrutura comunitária com um estabelecimento de crédito do seu porte e poderio econômico que em muito breve poderá constituir-se em mais um fator de progresso e bem-estar para os moradores da cidade e da região.

Os nobres Deputados certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Projeto de Lei n.º 147-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1972.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICACAO:

Um trecho de estrada como o acima referido, não pode sofrer a ação erosiva das chuvas, sem uma permanente, e eficiente conservação. As municipalidades, asseveradas por tantos encargos, não têm conseguido manter a estrada em condições ideais de tráfego, durante todo o tempo. Dado o importante índice de circulação de riquezas ali registrado, o atendimento à estrada por parte do Estado é perfeitamente justificável.

Projeto de Lei n.º 148-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Itapejara do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1972.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

Traço de união entre duas unidades municipais de importância capital, na região caracteristicamente agropecuária do Estado, o trecho de estrada que se pretende transferir ao D.E.R., nesta oportunidade, assume correspondente importância econômica para o Estado.

O trânsito de riquezas agrícolas e pecuárias não pode ficar sujeito a paralisações decorrentes do mau estado da rodovia, sob pena de prejuízos incalculáveis, inclusive ao Estado.

Por essa razão, cremos plenamente justificada a presença do órgão especializado do Estado, na importante tarefa de conservar em condições ideais de tráfego, o trecho da estrada acima indicado.

Projeto de Lei n.º 149-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Ampere, via Jacutinga.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1.º de setembro de 1972.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

O trecho que o projeto em tela pretende transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, por se situar no interior de uma zona intensamente produtiva, assume profunda significação de natureza econômica, especialmente para o Estado. Daí a necessidade do Estado, através do D.E.R., mantê-lo permanentemente em boas condições de tráfego, a fim de proporcionar o fluxo contínuo e rápido de mercadorias perecíveis em direção aos centros consumidores e, em consequência, beneficiar-se dos resultados em termos tributários.

Projeto de Lei n.º 150-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Verê.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1972.

(a) — Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

A importância econômica do referido trecho rodoviário, representada pelo intenso fluxo de riquezas agrícolas, recomenda a medida ora proposta, em vista do interesse que o Estado tem, na região, no que tange à arrecadação.

Projeto de Lei n.º 151-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Estado promoverá junto aos seus órgãos tributários, e sociedades de economia mista ou empresas públicas das quais seja acionista majoritário, a implantação obrigatória de Registro Postal para o envio de débitos a contribuintes ou usuários de serviços.

§ Único — Os avisos de débitos mencionados no Artigo deverão informar, também, a importância que será dispensada pelo contribuinte ou usuário de serviços caso ocorra ajuizamento de cobrança executiva, que por ele venha a ser sustada antes da indicação de bens à penhora, calculada na forma prevista pelo Regulamento de Custas da Lei Organização Judiciária do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1972.

(a) — Erondy Silvério

JUSTIFICACAO:

Os avisos de lançamentos fiscais ou de cobrança de serviços devem ser entregues ao contribuinte ou usuários de serviços com todas as garantias de que deles realmente tomou ciência. Tem-se verificado que, pelo descuido na entrega, onera-se o contribuinte com as consequências da mora, ressentindo-se, com justiça, pela displicência com que o fisco ou empresa de serviços notifica, em contraste com a presteza com que executa judicialmente.

Por outro lado, para a dinamização das cobranças e proteção do contribuinte ou usuários de serviços, é necessário que seja também advertido dos emolumentos, taxas, juros e custas que gravarão seu débito caso venha a ser judicialmente reclamado.

Essa providência, ao lado de estimular o pontual pagamento, evitará que haja pelos cartórios abuso no cálculo, irregularidade de difícil constatação pelo comum do povo. Considerando-se que a incidência das despesas judiciais é um percentual fixo para todos os débitos, antes da nomeação de bens à penhora, fácil será acrescentar o seu cálculo nos avisos. Ao lado das indicações de pagamento com bonificação, com multa ou outras, constaria também a que discriminasse a importância a ser paga na eventualidade de pagamento que já em juízo, suste a execução.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Arizone Araújo.

O SR. ARIZONE ARAUJO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde para levar ao conhecimento dos nobres Pares a luta que estamos encetando em prol do desenvolvimento da região sudoeste do Paraná e para tanto apresentamos aqui quatro Projetos de Lei que virão transformar aquela região, com a melhoria das estradas.

Estes projetos tem a finalidade precípua de alertar os órgãos do Governo, para que sejam as estradas incluídas no plano prioritário das estradas vicinais que será implantado dentro em breve em convenio do DER e Ministério dos Transportes.

Era o que tinha a dizer, esperando contar com o apoio dos ilustres Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Nelson

Buffara, primeiro inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos abordar um assunto que foge um pouco ao trivial, um assunto que diz respeito a interesses internacionais.

Fomos despertados para que hoje assomássemos à Tribuna e fizessemos este comentário, em função de ontem termos lido no jornal "O Estado do Paraná" um editorial intitulado "Festival de Ódio". Isto nos levou hoje a fazermos um retrospecto do que diz esta nota de fabulosa importância para nós e, creio, para todos aqueles que a leram.

Vou ler, se me permitem os Deputados, o que diz o editorial para posteriormente fazer o comentário. (Lendo).

"A estupidez do atentado que a organização "Setembro Negro" desfechou contra a representação israelense na Vila Olímpica e a forma sangrenta como terminou o degradante episódio deveriam ter contribuído para que árabes e israelenses meditassem sobre a necessidade de dizer

"basta" ao ódio que os separa, pensando numa forma de viver humanamente. Seria muito pedir que eles pensassem num meio de conviver fraternalmente. Mas, pelo menos, deveriam acordar para a realidade e colocar de lado o rancor animalístico.

Bem ao contrário: em vez de uma pausa para a meditação em vez de um exame de consciência, em vez de uma sublimação do ódio, o atentado que abalou o mundo intensificou os rancores de parte a parte, atizando ainda mais a fogueira de ódio que consome os protagonistas do conflito no Oriente Médio.

De um lado, os árabes consideram mártires os bandidos que assaltaram a Vila Olímpica. Do outro, os israelenses se manifestam sedentos de vingança, como se a vingança pudesse devolver a vida dos doze atletas mortos na Alemanha.

Nesse clima de impacto emocional, onde a razão fica espezinhada pelos sentimentos mais primariamente exaltados a tendência é para novas explosões de ódio. E, nessa linha de ação, Israel "respondeu" ao atentado da Vila Olímpica, bombardeando núcleos guerrilheiros nos territórios do Líbano e da Síria.

Acontece que os guerrilheiros não estão aquartelados em bases exclusivas militares. Moram em aldeias de refugiados juntamente com as famílias. Resultado: ao que se divulga, as maiores vítimas dos bombardeios israelenses são mulheres e crianças que moram nos acampamentos de refugiados palestinos. Que têm a ver as crianças com os barbarismos, da organização "Setembro Negro?"

— Esta é a investigação que faz o Editorial e que eu repito ao mundo todo. —

"Essa é a grande tragédia do ódio que separa árabes e israelenses. Os inocentes acabam pagando pelos culpados. E a culpa maior é a daqueles que estimulam o ódio, que pregam a carnificina, que doutrina as novas gerações para o genocídio, que armam e treinam os futuros agentes de novos massacres sangüinários.

Nessa loucura assassina quem são os maiores culpados? Os terroristas palestinos que levaram a marca do ódio ao coração da Alemanha, interrompendo as Olimpíadas de Munique? Os israelenses que ordenam o bombardeio de aldeias?

De represália em represália, de atentado em atentado, vão sendo galgados os degraus que conduzem ao paroxismo do ódio, como se árabes e israelenses pretendessem se elevar a um círculo do inferno nem sequer descrito por Dante, por faltarem palavras adequadas para descrever toda a carga de ódio e de insensatez sangüinária.

Não há desculpas para essa escalada do ódio. Nós, no Brasil podemos afirmar isso a alto e bom som. Se, na democracia étnica que configura a nossa nacionalidade, árabes e judeus convivem em perfeita harmonia, juntos com os descendentes de outras raças, por que não podem conviver no Oriente Médio?

O que está faltando, nesse mar espesso de ódio e ressentimento é uma falsa de lucidez, uma centelha de bom senso, uma fonte de lógica capaz de iluminar árabes e israelenses, fazendo-os ver que pelo caminho do sangue e da destruição eles não chegarão a lugar algum.

Existirá força humana, ou sobre-humana, capaz de injetar essa dose de lucidez, essa centelha de bom senso, essa lógica que está faltando no Oriente Médio? Só o tempo responderá. Enquanto isso, a perspectiva mais imediata é a de que o sangue (inclusive dos inocentes) continue a ser vertido".

— Sr. Presidente, srs. Deputados, peço através de um Requerimento formulado à esta Casa a inserção nos Anais desta Assembléia, deste Editorial oportuníssimo e numa semana após aquela "Noite Negra", perpetrada por uma organização chamada de "Setembro Negro", na Alemanha, na Vila Olímpica, na cidade de Munique.

E eu estou muito à vontade, Sr. Presidente, srs. Deputados, porque descendo de libaneses. E, nessa condição, repudio, como repudiou o editorial de "O Estado do Paraná", a ação guerrilheira daquela seita que se intitula "Setembro Negro". Repudio porque eles não representam os Estados Árabes, são apenas um punhado de homens que mais parecem animais e que praticam o terrorismo em nome dos Estados Árabes, o que não é verdade. E, srs. Deputados, esse ato trouxe uma série de consequências trágicas tais como bombardeios israelenses em aldeias árabes, dizimando vilas, casas, e onde pereceram dezenas de civis, de crianças.

E isso se deu no mês de setembro, o mês mais belo do ano. E, portanto, para mim, foi o mais trágico para o Oriente Médio. O próprio rei Hussein da Jordânia, repudiou esse ato terrorista. E se o próprio Rei assim se manifestou, por que não fazemos nós o mesmo?

Acredito, srs. Deputados, que este nosso Requerimento será aprovado por esta Casa e, portanto, enviado à Organização das Nações Unidas, com sede em Nova Iorque. E o nosso desejo é que movimentos dessa natureza eclodissem em todo o Brasil, em todos os Legislativos estaduais e quem sabe, em toda a América Latina, na América do Norte, na Europa, na Ásia.

E se chegassem apelos de todos os lugares do mundo, à ONU, talvez ela tomasse providências para que se terminasse essa guerra que pode pôr em risco — como já está pondo — a paz mundial.

Faço este apelo, e gostaria que sete requerimento fosse enviado à ONU. E também gostaria que todos os Legislativos estaduais pois creio que em todos existem descendentes árabes ou libaneses tomassem uma atitude idêntica à nossa, para que o Brasil inteiro, que hoje é tão conceituado no mundo, fosse o primeiro a dar o exemplo. E assim acontecendo, a ONU teria um interesse maior para a solução desse problema.

Aqui fica o meu patético apelo para que possamos contribuir com uma parcela modesta, mas que será de grande alcance se formos atendidos.

O Brasil, srs. Deputados, se agiganta dia a dia; haja visto o feito de Fittipaldi, no dia de ontem. Em 70, também, o Brasil foi admirado por todo o mundo quando conseguiu o Tricampeonato. Porque hoje não nos unimos, numa campanha em todo o território, para que cessem de uma vez por todas, esses atos de terrorismo. Porque somos um país altamente respeitado, e se tomarmos essa iniciativa, talvez cessem esses episódios que assolam o Oriente Médio, embora exista o interesse de grandes nações: russa, americana, francesa, que têm sua balança econômica sustentada com a venda de armas.

O assunto é complexo, mas acho que esse nosso apelo é até um ato de necessidade. E se assim procedemos é para estarmos com a consciência tranqüila de termos cumprido o nosso dever.

Muito obrigado. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no grande Expediente, Sr. Deputado Igo Iwant Losso.

O SR. IGO IWANT LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho hoje a esta Tribuna para, em poucas palavras, manifestar o meu repúdio pelo fato ocorrido na cidade de Munique, na Alemanha, quando lamentavelmente alguns fanáticos quebraram e empanaram o brilho daquela competição esportiva.

Como é do conhecimento da Casa, tive oportunidade de visitar aquela cidade há dois meses atrás, quando em contato com as autoridades e população de Munique, pude observar com que carinho, com que dedicação tudo era preparado para o recebimento de cerca de 700 mil pessoas que ali estiveram aplaudindo seus atletas e ali estiveram numa demonstração de paz, de concórdia, de confraternização durante os dias em que aqueles jogos se desenvolveram.

Sei que ninguém aprova, sem entrar no mérito da situação existente entre aqueles países que divergem internacionalmente. Mas o fato analisado friamente, dentro do aspecto humano, merece a nossa mais inteira reprovação.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos contra qualquer espírito de violência, parta de onde partir, venha de onde vier. Por isso aqui estamos, para manifestar a nossa tristeza pelo lamentável episódio que ali se desenrolou, como testemunho a todo mundo de que nem todos os homens ainda sabem se compreender, de que há ainda alguns capazes de arquitetar um plano nefasto para manchar a alegria e felicidade que ia no coração do povo e a grande expectativa do mundo inteiro que aguardava o desenvolvimento daquela competição.

Aqui fica, portanto, essa demonstração do meu pensamento quanto ao lamentável fato, esperando que Deus nos ajude, que ele jamais se repita e que sirva para alertar outras concentrações humanas que porventura se verifiquem, para que melhores precauções sejam tomadas e assim se evitem ocorrências que vêm destruir o nosso espírito de desenvolvimento e civilização. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240-69, de autoria do Dep. Abrahão Miguel, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Funcionários do Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 311-70, de autoria do Dep. Antonio Lopes Júnior, cria o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189-71, de autoria dos Deputados Mansur e Borsari Netto, acresce ao artigo 140 da Lei n.º 6.174, o inciso que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 287-71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal à viúva de Stazir de Souza Oliveira, cabo da P.M.E. falecido no cumprimento do dever. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16-72 de autoria do Dep. Igo Losso, declara de Utilidade Pública, a Santa Bárbara Associação Comunitária — SBAC, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34-72 de autoria do Dep. Borsari Netto declara de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rancho Alegre. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112-72, Mensagem n.º 29-72, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, para despesas com constituição do Fundo de Reequipamento do Departamento de Trânsito — FUNRESTRAN — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 147-72 — aprova os termos do Convênio celebrado entre a Secretaria da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, objetivando instalação de um Posto Rural de revenda de Produtos Agropecuários à Agricultores e Criadores do Município. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado. artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-70, de autoria do Dep. David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Ginásio Municipal de Carambei, no Município de Castro. — Pareceres favoráveis da C.C.J. — Aprovado. artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-70, de autoria do Dep. Fabiano B. Côrtes, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Telémaco Borba. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado. artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, cria um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 238-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1970.

a) Deputado Pinto Dias

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Santa Maria é um dos mais progressistas do Município de Alto Paraná.

Contando com elevada densidade populacional, face à existência de inúmeras propriedades rurais, possui atualmente mais de 100 crianças em condições de tirar o curso ginásial.

Hoje em dia, o ginásio mais próximo desse Distrito está localizado em Paranavaí, distanciado 20 quilômetros da região.

Por aí se verifica, portanto, a enorme dificuldade encontrada por aqueles que pretendem ampliar seus conhecimentos estudantis, dificuldade essa que será inteiramente superada com a criação de um ginásio local.

Face ao exposto, esperamos que os nobres pares emprestem o seu apoio ao presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 238-70

AUTOR: Deputado Pinto Dias

SÚMULA: Cria Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

PARECER

Em mãos para relatar o Ante-Projeto de Lei n. 238-70 que objetiva criar Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

Dada a distância de 20 km e a dificuldade para locomoção de estudantes, principalmente da zona rural naquele distrito, torna-se necessário a criação do ginásio em apreço, possibilitando a continuidade dos estudos aos alunos que concluem o curso primário, sendo o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Igo Losso — Cândido M. de Oliveira — Muggiati Filho — Sebastião Rodrigues Júnior.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 238-70

PARECER

O presente plano de Lei, visa criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

A medida é justa, portanto o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em... de... de 1971

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Santos Lima — Alvaro Dias — Arizone Araújo

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 238-70

PARECER

1.) — Com o presente Projeto de Lei pretende o nobre Deputado Pinto Dias criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Maria, Município de Alto Paraná.

2.) — O projeto obteve pareceres favoráveis das douts Comissões de Constituição e Justiça e de Instrução Pública.

3.) — No que trange o aspecto financeiro, que nos compete examinar, nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela aprovação da proposição.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt — Antônio Lopes Júnior — João Fadel

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 110-71, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades Assistenciais do Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as formas. — Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — **COM EMENDA.** — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 110-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar de imposto e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que prestem, efetivamente, assistência social em todas as suas formas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1971.

a) Dep. Arizone Araújo

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Plano de Lei isentar de impostos e taxas as Entidades Assistenciais existentes no Estado, que efetivamente prestem assistência social, em todas as suas formas. Tal medida se impõe, "data venia", pois ao Estado cabe assistir tais entidades, as quais de qualquer forma, prestam assistência à infância, à velhice, à maternidade e outras assemelhadas.

Em face de tais razões, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 110-71

AUTOR: Dep. Arizone Araújo.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a isentar de impostos e taxas as entidades assistenciais do Estado, que prestem efetivamente, Assistência Social em todas as formas.

I — Quer nos parecer que a medida pretendida pelo nobre Deputado autor do plano de lei, já é praticada, através solicitações feitas pelas entidades e comprovada a sua finalidade filantrópica.

II — Por outro lado a generalização do benefício, poderia ocasionar alguns problemas e grandes abusos, o que deveria e poderia ser evitado através de regulamentação da Lei, uma vez aprovada, por parte do Poder Executivo, dizendo das condições necessárias para que seja alcançada a isenção pretendida.

III — Desta forma, opinamos favoravelmente, com a emenda que em apreço, tomamos a liberdade de oferecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Ovidio Franzoni — Luiz Roberto Soares — Paulo Camargo — Cândido M. de Oliveira — Santos Lima

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N. 110-71

ACRESCENTE-SE:

após o artigo 1.º:

"Parágrafo único: Dentro de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo baixará ato regulamentando a presente Lei".

Sala das Comissões, em 4 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

1) — Com o presente plano de lei o nobre Deputado Arizone Araújo pretende isentar de impostos e taxas as entidades assistenciais do Estado.

2) — Sobre a matéria a douts Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

3) — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt e Antônio Lopes Júnior

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 207-71, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, fica criada uma Faculdade de Educação na sede do Município de Cornélio Procopio. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 207-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1971

a) Emílio Carazzai

JUSTIFICATIVA:

O novo sistema educacional a ser implantado no próximo ano, já anunciado por Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, em sua brilhante palestra proferida recentemente nesta Casa, inspirou-nos esta iniciativa. Por Lei advinda de projeto de nossa autoria, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas de Cornélio Procopio. Motivos diversos impediram a sua instalação, aliás, hoje perfeitamente compreensíveis, face à adoção da nova sistemática do ensino. Cornélio Procopio, possui as instalações destinadas à Faculdade de Ciências Econômicas que reverterão em favor da nova Faculdade que se pretende criar com o presente plano de Lei. É óbvio, que o seu funcionamento só poderá ser previsto para 1972, pois demanda tempo a montagem do processo, necessário para a constituição da Faculdade, o que será feito pela Superintendência do Ensino Superior da Secretaria de Educação e Cultura. Tal processo, uma vez montado, estará sujeito a uma série de trâmites legais, terminando por exame e aprovação do Conselho Federal de Educação e sanção do Senhor Presidente da República. As Faculdades de Educação, terão a mais alta importância para o futuro do nosso sistema educacional, pois formarão especificamente professores habilitados a lecionar, já de acordo com as alterações que serão introduzidas no sistema nacional de ensino.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 207-71

AUTOR: Dep. Emílio Carazzai

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na sede do Município de Cornélio Procopio, uma Faculdade de Educação".

PARECER:

A Proposição ora em exame vem articulada e justificada, obedecendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Referido Projeto não apresenta qualquer vício constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos, plenamente, a justificativa que acompanha o já aludido Projeto.

3.) — Assim, pois, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 207-71

AUTOR: Dep. Emílio Carazzai

SÚMULA: Cria uma Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

PARECER

Criar escolas é matéria de absoluta prioridade, principalmente no interior do Estado, tão carente de estabelecimentos de ensino.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta nenhum impedimento de caráter financeiro.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em. de outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Fuad Nacli — Relator

Santos Lima — Maurício Fruet

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 207-71

AUTOR: Dep. Emílio Carazzai

SÚMULA: Cria a Faculdade de Educação no Município de Cornélio Procopio.

PARECER

1.) — Através do presente plano de lei, visa o nobre Deputado Emílio Carazzai criar a Faculdade de Educação, na sede do Município de Cornélio Procopio.

2.) — A proposição vem muito bem justificada, o que nos convence de

sua oportunidade. As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, apreciando a matéria, opinaram favoravelmente à mesa.

3.) — Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em... de maio de 1972

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Cândido M. de Oliveira — Relator

Alvaro Dias

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 47-72, de autoria do Dep. Ovídio Franzoni, fica denominado Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e

C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 47-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Estadual "Professor Pedro Fecchio" o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1972

a) Ovídio Franzoni

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos prestar justa homenagem ao Professor Pedro Fecchio, falecido em 19-4-72, e que por longos anos exerceu o magistério primário e secundário no Município de São Tomé.

O professor Fecchio era pessoa muito estimada, na região, pela sua dedicação e carinho no mister a que se dedicava, o que vem a demonstrar a oportunidade da medida que ora submetemos à consideração dos nobres Colégas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 47-72

AUTOR: Dep. Ovídio Franzoni

SUMULA: Denomina "Ginásio Estadual Prof. Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual São Tomé.

PARECER

A presente proposição, de autoria do nobre Dep. Ovídio Franzoni, elaborado com observação das exigências estatutárias, conforme a justificativa apresentada, visa prestar homenagem ao saudoso Prof. Pedro Fecchio que por longos anos desenvolveu suas atividades no Município de São Tomé.

Nenhuma impedimento de ordem legal ou constitucional, merecendo a aprovação desta Comissão.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1972

a) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Paulo Camargo — Igo Losso — Erondy Silvério — Cândido M. de

Oliveira e Muggiati Filho

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 47-72

AUTOR: Deputado Ovídio Franzoni

SUMULA: Denomina Ginásio Estadual "Prof. Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

PARECER

Pretende o nobre Deputado Ovídio Franzoni, pela presente Proposição, denominar Ginásio Estadual "Prof. Pedro Fecchio", o atual Ginásio Estadual de São Tomé.

O Projeto em evidência foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual recebeu parecer favorável.

A brilhante justificativa do autor da proposição nos convence da oportunidade da iniciativa, procurando homenagear um professor, que pela sua dedicação e carinho na profissão a que se dedicava, enalteceu e dignificou o Magistério do Paraná.

Opino pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em...

a) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Arizone Araújo — Relator

Gabriel Manoel

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso que foi proferido pelo Sr. Ministro dos Transportes, no ato da assinatura dos documentos autorizatórios à consecução das obras, por ser um testemunho do cuidado e do carinho que tem pela Sua Excelência e o Governo da Revolução com o Estado do Paraná, além de evidenciar a perfeita comunhão de idéias e de propósitos do Governo Parigot de Souza com o Governo do Presidente Médici. — Aprovado. (O discurso acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao "Coritiba Futebol Clube", pela brilhante conquista do bicampeonato paranaense de futebol. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja prorrogado por mais 30 dias o prazo para anistia de multas relativas ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, atingindo também aquelas já ajuizadas, em qualquer fase processual. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do Expediente, solicitando voto de regozijo a extraordinária façanha do automobilista brasileiro Emerson Fittipaldi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara constante do Expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa o Editorial publicado pelo jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 10 último, sob o título "Festival do Ódio". — Aprovado. (O editorial acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt constante

do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente à Administração Regional da Caixa Econômica Federal, no sentido de ser instalada uma Filial da entidade na cidade de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Brischiliari. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n. 112-72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Presidente da República, Ministro da Educação e Cultura, representantes do Estado do Paraná, no Senado e na Câmara, no sentido da indicação do nome de um ilustre paranaense para representar o Paraná, no Conselho Federal de Educação. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 25-72 e dos Projetos de Lei ns. 86-70 e 216-70

2a. Discussão — dos Projetos de Lei ns. 238-70, 110-71, 207-71 e 47-72.

1a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 1-71 e dos Projetos de Lei ns. 177-70, 28-71, 136-71 e 157-71.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA, NA SESSÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1972.

"A MENSAGEM DE CONFIANÇA DE ANDREAZZA

Eis a íntegra do discurso do ministro Mário Andreazza.

"É com o maior júbilo que retorno ao Estado do Paraná, nesta Semana da Pátria, do ano do nosso Sesquicentenário da Independência, para, comunicando com o povo paranaense do mesmo fervor cívico que a todo Brasil anima neste momento, trazer uma mensagem de confiança, testemunhando o empenho do Governo do Presidente Médici em proporcionar ao Paraná a infra-estrutura básica de que necessita como condição indispensável ao seu desenvolvimento econômico tendo em vista, particularmente, o escoamento de suas expressivas safras agrícolas.

Objetivando assegurar condições para ampliar nossas exportações, como pre-requisitos, que são da manutenção das altas taxas de crescimento da nossa economia, o Governo Federal instituiu o Programa de Corredores de Exportação, englobando os terminais marítimos de Santos, Paranaguá e Rio Grande, configurando um elenco de providências necessárias a permitir a movimentação dos elevados volumes de cargas, previstos para esses portos, em condições de segurança, rapidez e eficiência. Para atender os objetivos do Programa, os terminais portuários vem sendo melhorados pelos prolongamentos de cais, construções de novos terminais especializados, dragagens de ampliações da capacidade de ensilagem, dinamização da operação portuária com aumento da capacidade e velocidade de carregamento, pela adoção de novos e modernos equipamentos de carga e movimentação. Os acessos aos portos, através das ferrovias e rodovias vem, também, sendo completamente remodelados, de forma a estabelecer uma infra-estrutura integrada, desde as zonas de concentração da produção até os terminais marítimos. Além disso, atendendo à posição geográfica deste Estado como grande elo de ligação entre a Região Sul e o restante do País, há rede viária com a dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e de promover sua conexão com as vias de transportes de Mato Grosso e São Paulo levando, assim, a presença do Paraná até os mais longínquos recantos deste País.

O complexo portuário de Paranaguá — Antonina atende uma hinterlândia de 1.500.000 km² abrangendo o Estado do Paraná, parte dos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso, além de constituir-se em porto franco para República do Paraguai. O aumento da importação do Porto de Paranaguá vem se traduzindo em sucessivos incrementos na quantidade movimentada, alcançando um incremento global de 31,2% em relação ao ano de 1968.

A movimentação do porto alcançou, aproximadamente 3,4 milhões de toneladas em 1971 e a participação do Paraná através desse porto na receita cambial tem sido por demais expressiva, devendo a movimentação total para o ano de 1976 alcançar cerca de 6 milhões de toneladas.

II — EXECUÇÃO DE OBRAS

Para atender as necessidades de escoamento das safras, vem o Ministério dos Transportes desenvolvendo contínuo esforço nos vários setores de transportes, de modo a oferecer ao Porto de Paranaguá adequadas condições de operação, assim como acessos terrestres que sejam capazes de atender aos fluxos de carga que demandam ao Porto.

Neste mesmo dia um programa rodoviário é colocado em concorrência, enquanto importantes atos se concretizam no setor ferroviário e mais um melhoramento se completa no Porto de Paranaguá — o Terminal de Containers.

SETOR FERROVIÁRIO:

A ligação Apucarana — Ponta Grossa, principal via de acesso ferroviário para a produção do norte do Estado ao Porto de Paranaguá, está sendo construída pelo Governo do Estado em convenio com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, devendo estar concluída em fins de 1973, possibilitando o encurtamento de cerca de 300 km no atual trajeto, que de 630 km, será reduzido a 330 km. Os trabalhos estão sendo atacados em ambas as extremidades, já estando assentados 140 Km de linha e concluídos cerca de 60 Km da infra-estrutura.

O trecho Agua Boa — Cianorte, prolongamento da linha Londrina — Agua Boa, com extensão de 80 km, encontra-se com a linha assentada em toda extensão e, no momento, estão sendo procedidos os trabalhos de acabamento e consolidação, devendo ser aberto ao tráfego ainda este mês.

O trecho Itapeva — Ponta Grossa, integrante do Tronco Sul, quando concluído, fará parte do Sistema Regional Sul da Rede Ferroviária Fe-

deral, melhorando as condições de ligação entre a Rede Ferroviária Federal do Sul e a Sorocabana, encurtando sua extensão para 209 km com rampa máxima de 1% e raio mínimo de 300 metros, devendo estar inteiramente concluído em fins de 1973.

A Variante Engenheiro Bley — Curitiba objetiva eliminar um dos principais pontos de estrangulamento do sistema ferroviário na região, cujos efeitos foram agravados com os conscentes aumentos de transporte de combustíveis provenientes de Porto Alegre e com o incremento da exportação de produtos agrícolas do Norte do Estado para Paranaguá. A sua extensão total é de 84 km, com rampa máxima de 1% e raio mínimo de 300 metros, estando o trecho em tráfego experimental com as obras de acabamento sendo realizadas e com previsão de se concluírem ainda este ano.

O trecho Curitiba — Paranaguá já possui a capacidade técnica na serra de 3.600.000 toneladas úteis por ano, em cada sentido, assegurando o escoamento das safras estimadas para os próximos anos. Desenvolve-se através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, estudo completo da malha ferroviária do Paraná que indicará todos os melhoramentos necessários a serem executados de modo a assegurar ao sistema ferroviário do Paraná as melhores condições de eficiente operação.

A Estação Rodoferrviária de Curitiba, virá integrar em um só conjunto as duas atuais estações presentemente distantes e insuficientes para o racional atendimento da demanda de transporte da Capital Paranaense. Nesse conjunto, a Rede Ferroviária Federal S.A. está executando as obras de melhoramento do pátio ferroviário e a entrega das novas instalações ao público dar-se-á ainda no corrente ano.

2. SETOR RODOVIÁRIO:

Além do esforço que se realiza no setor ferroviário, no que diz respeito às rodovias, dando prosseguimento ao programa que, em passado recente, já entregou ao tráfego os grandes empreendimentos da Paranaguá — Foz do Iguaçu, Curitiba — Florianópolis e União da Vitória — Curitiba, o Governo Federal vem realizando um conjunto de obras que integram a Rede Rodoviária Básica do Sul do País, de modo a assegurar no Estado do Paraná, condições de rápido escoamento à sua produção.

No dia de hoje, significativos eventos estarão ocorrendo:

- a. Assinatura dos contratos para a construção das rodovias:
 - Cornélio Procopio-Congonhas (PR-12) com 48 km.
 - União da Vitória-Erexim (BR-153) com 234 km.
- b. Lançamento do Edital de pre-qualificação de firmas para a realização da duplicação da ligação São Paulo — Curitiba, em seus trechos São Paulo — Jacupiranga e Curitiba — Entroncamento com a Estrada Graciosa.
- c. Lançamento do Edital de pre-qualificação para a construção de 627 km de rodovias federais e estaduais do Paraná, abrangendo os trechos:
 - Santo Antonio da Platina-Ibaiti (BR-153) com 67 km.
 - Irati — Relógio (BR-277), com 60 km.
 - Cascavel — Toledo (BR-467), com 50 km.
 - Cascavel — Campo Mourão (BR-369), com 160 km.
 - Jaguariava — Wenceslau Braz — Santo Antonio da Platina (PR-1), com 130 km.
 - Mauá — Faxinal — Porto Ubá — Ivaiporã (BR-272-PR-3), com 110 km.
 - Guarapuava — Rio Bonito (PR-12) com 50 km.

Ainda no próximo trimestre, serão iniciados os estudos de viabilidade técnica e econômica dos seguintes trechos:

- BR-487 — Ponta Grossa — Campo Mourão — Pontal do Tigre com 502 km.
- BR-487 — Ponta Grossa — Relógio — Campo Mourão, com 376 km.
- BR-469-163 — Toledo — Cândido Rondon — Porto Mendes — Guaira, com 127 km.
- BR-467 — Cândido Rondon — Guaira, com 90 km.
- BR-277 — Campo Largo — Ponta Grossa com 81 km.
- BR-158 — Coronel Vivida — Campo Ere, com 91 km.

Também serão realizados os projetos finais de engenharia de 181 km de rodovias, nos trechos:

- BR-277 — Curitiba — Paranaguá (duplicação), com 16 km.
- BR-277 — Curitiba — Campo Largo (duplicação) com 25 km.
- BR-373 — Coronel Vivida — Barracão, com 140 km.

3. SETOR PORTUARIO:

O Ministério dos Transportes vem mantendo um programa continuado de melhoramentos no Porto de Paranaguá, dos quais foram concluídos, recentemente os seguintes:

- Dragagem da Barra.
- Prolongamento de 516 m de cais.
- Silo para cereais e unidades sugadoras.
- Aquisição de 14 guindastes de pórticos de 3,6 e 12 toneladas.
- Carregadores laterais para Containers.
- Estudos de sondagem da Barra da Galheta.

Atualmente entre as principais obras e serviços em execução no Porto de Paranaguá, destacam-se:

- a. Desenvolvimento de um programa de dragagem que inclui:
 - execução do novo canal de acesso da Galheta, com 150 metros de largura e 12 metros de profundidade
 - aprofundamento junto ao novo cais recentemente construído de forma a permitir a operação de navios até 12,00 metros de calado.
- b. Conclusão do "Terminal de Containers", localizado nos 516 metros de cais recém-construídos com área inicial de armazenagem e movimentação de "containers" de cerca de 6.000 m² (120x50), equipada com dois "side loaders" capazes de operar unidades de até 30 toneladas de peso.
- c. Conclusão de dois (2) armazéns de 1.a linha no novo cais, que serão adaptados e interligados a dois novos armazéns de 2.a linha a serem construídos, visando a atender ao programa dos Corredores de Exportação.
- d. No que concerne a iniciativa privada, está em fase final a construção das instalações da CARGILL, com conclusão prevista para dezembro próximo de um silo horizontal, com capacidade para 20.000 toneladas, o qual será interligado ao cais através de transportadores de correias, permitindo uma capacidade de embarque de 500 t/h.

Face à importância cada vez maior deste grande porto estão em exe-

cução na área do Ministério dos Transportes estudos complementares que consolidarão os empreendimentos futuros a realizar:

- Estudo de ondas e correntes no Canal de acesso
- Estudo Geográfico e Batimétrico dos Canais de acesso e bacia de evolução, com vistas a identificação do solo até a profundidade de 35 metros
- Plano Diretor do Porto de Paranaguá, para regular a sua expansão futura.

III — CONCLUSÃO

O conjunto de medidas enunciadas traduz a perfeita identidade de propósitos e a completa integração de esforços entre o Governo da União e o Governo do Estado, no sentido de dotar o Paraná da infra-estrutura necessária ao desempenho de marcante participação no processo de desenvolvimento do Brasil. Constitui, também o mais eloquente testemunho de que o povo brasileiro se acha decidido, sob a liderança do nosso Presidente Médico e inspirado por profunda unidade espiritual a caminhar vigorosamente para a construção de um grande País".

Matéria cuja transcrição nos anais foi aprovada a requerimento do sr. Deputado Nelson Buffara, na Sessão de 11 de setembro de 1972.

"FESTIVAL DE ÓDIO

A ESTUPIDEZ de atentado que a organização "Setembro Negro" desfechou contra a representação israelense na Vila Olímpica e a forma sangrenta como terminou o degradante episódio deveriam ter contribuído para que árabes e israelenses meditassem sobre a necessidade de dizer "basta" ao ódio que os separa, pensando numa forma de viver humanamente. Seria muito pedir que eles pensassem num meio de conviver fraternalmente. Mas, pelo menos, deveriam acordar para a realidade e colocar de lado o rancor animalesco.

Bem ao contrário: em vez de uma pausa para a meditação, em vez de um exame de consciência, em vez de uma sublimação do ódio, o atentado que abalou o mundo intensificou os rancores de parte a parte, atingindo ainda mais a fogueira de ódio que consome os protagonistas do conflito no Oriente Médio.

De um lado, os árabes consideram mártires os bandidos que assaltaram a Vila Olímpica. Do outro, os israelenses se manifestam sedentos de vingança, como se a vingança pudesse devolver a vida dos onze atletas mortos na Alemanha.

Nesse clima de impacto emocional onde a razão fica espezinhada pelos sentimentos mais primariamente exaltados, a tendência é para novas explosões de ódio. E, nessa linha de ação, Israel "respondeu" ao atentado da Vila Olímpica bombardeando núcleos de guerrilheiros nos territórios do Líbano e da Síria.

Acontece que os guerrilheiros não estão aquartelados em bases exclusivamente militares. Moram em aldeias de refugiados, juntamente com as famílias. Resultado: ao que se divulga, as maiores vítimas dos bombardeios israelenses são mulheres e crianças que moram nos acampamentos de refugiados palestinos. Que têm a ver as crianças com os barbarismos da organização "Setembro Negro"?

Essa é a grande tragédia do ódio que separa árabes e israelenses. Os inocentes acabam pagando pelos culpados. E a culpa maior é a daqueles que estimulam o ódio, que pregam a carnificina, que doutrina as novas gerações para o genocídio, que armam e treinam os futuros agentes de novos massacres sangüinários.

Nessa loucura assassina quem são os maiores culpados? Os terroristas palestinos que levaram a marca do ódio ao coração da Alemanha, interrompendo as Olimpíadas de Munique? Os israelenses que ordenam o bombardeio de aldeias?

De represália em represália, de atentado em atentado, vão sendo galgados os degraus que conduzem ao paroxismo do ódio, como se árabes e israelenses pretendessem se elevar a um círculo do inferno nem sequer descrito por dante, por faltarem palavras adequadas para descrever toda a carga de ódio e de insensatez sangüinária.

Não há desculpas para essa escalada de ódio. Nós, no Brasil, podemos afirmar isso a alto e bom som. Se, na democracia étnica que configura a nossa nacionalidade, árabes e judeus convivem em perfeita harmonia, juntos com os descendentes de outras raças, por que não podem conviver no Oriente Médio?

O que está faltando, nesse mar espesso de ódio e ressentimento, é uma faísca de lucidez, uma centelha de bom senso, uma fonte de lógica capaz de iluminar árabes e israelenses, fazendo-os ver que pelo caminho do sangue e da destruição eles não chegarão a lugar algum.

Existirá força humana ou sobre-humana, capaz de injetar essa dose de lucidez, essa centelha de bom senso, essa lógica que está faltando no Oriente Médio? Só o tempo responderá. Enquanto isso, a perspectiva mais imediata é a de que o sangue (inclusive dos inocentes) continue a ser vertido".

PORTARIAS:

PORTARIA N. 247-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.765 de 30 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Conceder a Maria da Conceição Rodrigues, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRV — Diretor Geral.

PORTARIA N. 248-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6.793, de 30 de agosto de 1972.

RESOLVE:

Conceder a Clemetilde Delfina Bortolon, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 04 de setembro de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de setembro de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRV — Diretor Geral